

## Os desnecessários subsídios do setor elétrico brasileiro<sup>1</sup>

Edvaldo Santana<sup>2</sup>

A história consta de “O homem que calculava”, livro de Malba Tahan, pseudônimo do matemático e escritor Júlio César de Melo Sousa. A edição que tenho, ainda em capa dura, é de 1961. Ganhei-o da mulher de um médico, enquanto ajudava meu pai, um pedreiro. Foi o primeiro livro que li integralmente, em 1965. Meu desafio consistia em resolver todos os problemas que lá existiam.

Um xequê estava a morrer de fome no deserto, quando foi encontrado por dois homens, A e B. O destino era Bagdá. A e B tinham três e cinco pães, respectivamente., que foram divididos entre os três, o que saciava a fome.

Em Bagdá, o xequê resolveu ressarcir A e B pelo sacrifício que fizeram para beneficiá-lo. Deu três moedas de ouro para A e cinco para B. Insatisfeito, B questionou o método aplicado. Como a soma dos pães era igual a oito, ao dividi-los o resultado era 24 pedaços. Cada um dos três viajantes comeria oito pedaços. Por esse raciocínio, os três pães de A formaram 9 pedaços, e ele mesmo ficou com 8. Portanto, A teria doado somente um pedaço. Pela mesma lógica, B, dos seus 15 pedaços, teria comido oito e doado sete. Assim, se a ideia do xequê era ressarcir-los, A deveria receber apenas uma moeda de ouro, sobrando sete para B.

O xequê ficou espantado, mas B estava correto. Se a ideia era ressarcir, o sacrifício de A foi de apenas um pedaço de pão. Mas A surpreendeu novamente. A técnica de divisão era matematicamente perfeita, mas não uma forma justa e “eficiente” de distribuir ou repartir.

Seu novo argumento: quando viajavam em dupla, com seus oito pães (3+5), não era razoável pensar que ele não dividisse com A seu excedente (de dois pães). Se fosse pão-duro, não os dividiria com o xequê. Por isso, pegou as oito moedas, ficou com quatro e deu o restante para A.

No emaranhado de regras equivocadas criadas nos últimos 15 anos, em especial a partir de 2012, eficiência é termo inexistente no setor elétrico Brasileiro (SEB). Os subsídios ganharam papel determinante no desempenho das pessoas e das empresas. Os prêmios de performance são distribuídos em função do montante de subsídios que o executivo X conseguiu para o projeto Y.

Com isso, a produtividade já não é reflexo do uso dos recursos energéticos disponíveis ao mínimo custo, e sim da habilidade política para abocanhar subvenções. No estilo lúdico de Malba Tahan, os agentes elétricos recebem muito mais (“pães”) do que o que

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/os-desnecessarios-subsidios-do-setor-eletrico-brasileiro.ghtml>

Acessado em 22.04.2025

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

entregam ao SEB. Ter o domínio de bancadas políticas, cujos componentes são agora chamados de “líderes do SEB”, é, por isso mesmo, uma estratégia vencedora.

No dia 17, Natália Bezutti, na “Folha de S. Paulo”, ajudou, talvez sem querer, a destrinchar de que maneira os subsídios contribuíram com o apagão de 15 de agosto de 2023. Lembra dele? O crescimento das promissoras fontes renováveis foi tão desordenado e avassalador, por causa dos subsídios, que ninguém prestou atenção na qualidade da interface dessas fontes com a rede elétrica.

Foi a sucessão de falhas nessa interface que propagou para 26 dos 27 Estados uma perturbação que deveria ficar restrita à queda de uma linha de transmissão de pequeno porte. Passados 32 meses, não mais que 25% das novas possibilidades de falhas foram equacionados. Como disse na matéria um diretor do Operador Nacional do Sistema (ONS), não há ainda condições para confiar na base de dados que resultou num gabarito inadequado.

Parte dos custos dessa ineficiência apontada pelo diretor do ONS pode ser medida pelos quase R\$ 2 bilhões dos cortes de geração (curtailment), ou custo da energia que deixou de ser produzida em virtude do risco à segurança do sistema elétrico. É como se o “pão” recebido pelas renováveis, sob a forma de subsídios, fosse de boa qualidade, mas o ressarcimento veio com algum, e caro, grau de contaminação.

Recentemente, numa rede social, destaquei que fazia sentido a ideia do Ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, de isentar da conta de luz os usuários que consumissem até 80 kWh. As reações foram de diversas naturezas, a maioria favorável. Estranhei a reação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se posicionou contrário à medida, mesmo sem conhecê-la. Seu argumento era no padrão “não li e não gostei”.

No dia 16, a proposta do MME foi finalmente tornada pública. Por ela, quem consome até 80 kWh, desde que pertença ao CadÚnico, só pagará, sem subsídio, o que exceder a esse limite. A prática atual é uma “escadinha” de descontos, que começa com 65%, para o usuário de até 30 kWh, e vai até 10%, para as contas entre 101 e 220 kWh.

É boa a ideia do governo. Segundo os números apresentados, 4,5 milhões de residências seriam beneficiadas. Na média das distribuidoras, 80 kWh equivalem a uma conta de luz (sem impostos) de R\$ 55, o que resulta num valor anual de R\$ 3 bilhões (1% da tarifa), e não os R\$ 3,6 estimados pelo MME.

Em 2024, só como os painéis solares e as demais fontes renováveis, aquelas que amassaram o “pão” e o devolveram com algum grau de contaminação, eu e você, bem como os mais pobres, pagamos de subsídio mais de R\$ 20 bilhões (7% da tarifa), que chegarão a R\$ 27 bilhões até 2030. Ou seja, os mais ricos foram subsidiados até pelos mais pobres, numa transferência de renda extremamente perversa.

Mas a ideia do governo, apesar de muito meritória, tem um defeito de origem. Amplia o universo de quem tem direito aos “pães”, o que implica a necessidade de aumentar o total de subsídios ou de “pães elétricos”. Se o governo, como se espera, não for bem-sucedido, em retirar um punhado de “pães” de quem os come demais, a conta de luz aumentará - inclusive para os mais pobres. O governo, infelizmente, manterá o desequilíbrio na repartição dos “pães elétricos”, que pode não ser 1 a 7, mas está longe de ser 4 a 4.